

## **PENSAMENTO CRÍTICO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO NA FORMAÇÃO DO NOVO JURISTA**

ALINE VANESSA PENICHE WALTZER<sup>1</sup>;

MARTA MARQUES ÁVILA<sup>2</sup>; MATTEO ROTA CHIARELLI<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinewaltzer@gmail.com](mailto:alinewaltzer@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [mmaavila@gmail.com](mailto:mmavila@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [matteo.chiarelli@ufpel.edu.br](mailto:matteo.chiarelli@ufpel.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

O mundo social, ao ser vivido, vai se infiltrando na subjetividade dos indivíduos, deixando marcas e sedimentações. Ao mesmo tempo, esses mesmos sujeitos, com suas ações e escolhas, acabam por redesenhar as estruturas que os moldam (SILVA, 2015, pág. 5). Este é o fundamento do Grupo de Estudos em Direito Público: ser um espaço de formação do pensamento crítico nos alunos de Direito da UFPel, voltado ao aprofundamento teórico e à compreensão das estruturas constitucionais que sustentam o Estado Democrático de Direito. O GEDIP cumpre papel fundamental, em tempos de incerteza institucional, trazendo a compreensão sobre os fundamentos históricos e teóricos que conferem legitimidade e sentido ao constitucionalismo.

Previsto no art. 207 da Constituição Cidadã de 1988, o ensino é parte do tripé que estrutura a universidade pública brasileira, ao lado da pesquisa e da extensão. O objetivo é promover o estudo sistemático de temas centrais da teoria geral do direito constitucional, com foco na leitura de autores clássicos e contemporâneos, muitas vezes ausentes das disciplinas obrigatórias. Ao contrário do modelo tradicional de ensino, centrado na memorização e na aplicação imediata das normas, o GEDIP propõe uma imersão em obras e debates que moldaram a própria ideia de Estado, cidadania e direitos. A proposta é fomentar uma rotina de estudos, desenvolver a oratória, estimular o pensamento crítico e formar juristas mais preparados para compreender os fundamentos e os desafios do Direito Público.

A formação do pensamento político exige competências além daquelas adquiridas nos manuais e códigos, trata-se de algo maior que o domínio técnico das normas. De acordo com os pensadores Quentin Skinner e J.G.A. Pocock, o pensamento político exige método e só pode ser verdadeiramente assimilado quando estudado em seu contexto histórico, com atenção às intenções, disputas e linguagens que o produziram (SILVA, 2010). Ler doutrinas e adotá-las sem saber efetivamente interpretá-las pode levar, segundo estes egressos da escola de Cambridge, a reprodução de anacronismos jurídicos. De forma que o GEDIP se preocupa em formar juristas que compreendem períodos históricos, trajetórias políticas e efeitos sociais.

Assim, o GEDIP nasce da convicção de que o método histórico e crítico é essencial para formar juristas capazes de compreender o Direito como fenômeno político e cultural, e não apenas como sistema normativo. Ao revisitar os clássicos da teoria constitucional e da filosofia política, busca-se construir uma base sólida que permita aos participantes interpretar o presente com lucidez e projetar o futuro com responsabilidade.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O Grupo de Estudos em Temas de Direito Público (GEDIP), fundado há mais de uma década pelo professor Matteo Rota Chiarelli, constitui-se hoje como um espaço consolidado de reflexão, mas também como um laboratório de formação do novo jurista e amadurecimento acadêmico na Faculdade de Direito da UFPel. Atualmente coordenado por seu fundador e pela professora Marta Marques Ávila, o grupo é conduzido por docentes com trajetória acadêmica sólida, produção reconhecida e profundo compromisso pedagógico, o que garante aos estudantes um ambiente de estudo pautado por rigor metodológico, densidade teórica e abertura ao diálogo.

A dinâmica de funcionamento tem se estruturado em encontros presenciais quinzenais, organizados de modo a estimular a leitura crítica e a discussão coletiva de textos previamente selecionados e acordados entre os participantes. Semanalmente um aluno pode candidatar-se para relator e conduzir o debate. A proposta vai além de simplesmente estudar conteúdos não abarcados pelas disciplinas obrigatórias: trata-se de cultivar um espaço de pensamento crítico e de construção coletiva, em que a leitura é apenas o ponto de partida para debates mais amplos sobre o papel das instituições, os fundamentos do Estado e as tensões que atravessam a vida constitucional brasileira. A participação é voluntária, aberta à comunidade acadêmica interessada em compreender o sentido histórico e político do Direito Público.

No ano de 2024, o grupo voltou-se à leitura de um clássico do pensamento jurídico brasileiro: *O Princípio do Federalismo na Constituição Brasileira*, de Rosah Russomano. A escolha da obra não foi fortuita. Em tempos de instabilidade institucional e de intensificação das disputas federativas, retomar Russomano permitiu aos alunos perceber como institutos jurídicos concebidos em determinado contexto histórico ainda reverberam no presente e condicionam os debates atuais. A leitura foi acompanhada por seminários internos e debates orientados, que estimularam a oratória, a capacidade argumentativa e o exercício do pensamento crítico. Esse percurso formativo não apenas enriqueceu o domínio conceitual dos discentes, mas também os inseriu em uma tradição de pesquisa que entende o Direito Constitucional como campo vivo, em permanente diálogo entre passado e presente.

Atualmente, o grupo amplia sua atuação com um projeto especial: três de seus integrantes estão dedicados à atualização e revisão crítica do texto de Russomano. O propósito não é meramente técnico, de modernizar a linguagem ou revisar conceitos, mas recolocar a obra em diálogo com os desafios contemporâneos do federalismo brasileiro. Trata-se de um exercício que exige a análise de jurisprudência recente, a leitura comparativa de fontes e o confronto com literatura especializada contemporânea. Essa atividade cumpre, portanto, uma dupla função: por um lado, introduz os estudantes na prática rigorosa da pesquisa acadêmica; por outro, os desafia a pensar criticamente o lugar do federalismo em um país marcado por desigualdades regionais, tensões políticas e disputas constantes de competência entre União, Estados e Municípios.

Essa proposta ganha ainda mais relevância quando inserida no cenário jurídico do Rio Grande do Sul. Um Estado com 10.882.965 habitantes (IBGE, 2022) encerrou 2024 com um saldo de 699.891 processos criminais em tramitação apenas na esfera penal (CNJ, 2025). O dado, para além de estatístico, revela uma sobrecarga estrutural do sistema de justiça e lança luz sobre a

urgência de formar profissionais capazes de compreender criticamente os fundamentos constitucionais e propor respostas criativas, responsáveis e eticamente orientadas. O déficit de efetividade institucional não pode ser enfrentado apenas com técnica processual, mas com juristas que compreendam o Direito como fenômeno histórico, político e cultural, aptos a situar problemas contemporâneos em suas raízes e projetar soluções mais adequadas.

Ao criar uma comunidade de prática acadêmica, o grupo possibilita que os estudantes transformem sua própria identidade profissional, como lembra CYRINO (2018), aprender não é apenas acumular informações ou técnicas: é transformar a nossa capacidade de participar do mundo, modificar simultaneamente quem somos, nossas práticas e as comunidades às quais pertencemos. O aprendizado é, nesse sentido, um processo contínuo de constituição de identidades.

Assim, ao mesmo tempo em que promove o contato com a tradição intelectual do constitucionalismo, o GEDIP prepara os participantes para lidar com as contradições vivas do sistema de justiça brasileiro, revelando que compreender o Direito Público é também compreender os limites e possibilidades da democracia em um país marcado por desigualdades e sobrecarga institucional.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão crítica do constitucionalismo, cultivada no GEDIP, não se limita ao exercício acadêmico: constitui ferramenta essencial para formar profissionais capazes de interpretar a Constituição e promover soluções jurídicas que tenham efeitos concretos na sociedade. Ao aprofundar-se nos fundamentos históricos e teóricos do Direito Público, os participantes desenvolvem a capacidade de identificar inconstitucionalidades e pensar políticas públicas estruturadas a partir de princípios constitucionais. Capacidade esta que, em grande escala, orienta decisões transformadoras, como as implementadas pelo STF em casos emblemáticos, a exemplo do **RE 684.612**, que reorganizou a gestão hospitalar no Rio de Janeiro, ou da **ADPF 347**, que reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional e deu origem ao Plano “Pena Justa”. Nesse sentido, o GEDIP forma juristas capazes de compreender o presente à luz das disputas constitucionais do passado e de projetar o futuro com responsabilidade democrática.

Um exemplo concreto do efeito transformador do GEDIP é a trajetória do aluno Hudson Brito Viana (egresso da UFPEL e atualmente atua como assessor do Ministro do Superior Tribunal de Justiça), que participou ativamente das atividades do grupo durante toda a sua graduação, desde os encontros quinzenais até os debates sobre textos clássicos e contemporâneos de Direito Público. Segundo Hudson, a experiência no GEDIP foi decisiva para sua formação:

O Grupo de Estudos de Direito Público influenciou de maneira muito significativa na minha formação acadêmica e profissional. A todos os membros do grupo, acredito que isso seja válido ressaltar, foi oportunizado - utilizado a leitura de artigos científicos, de capítulos de livros - o debate de temas clássicos e atuais no âmbito do direito público, o que ensinou no desenvolvimento crítico e técnico de todos os participantes, acredito eu. Ademais, eu devo ressaltar ainda, Aline, que esse foi um dos únicos grupos, senão o único grupo, que se manteve plenamente ativo durante a pandemia, ainda que de modo virtual, fomentando o desenvolvimento crítico jurídico e auxiliando em âmbito

peçoal na medida em que possibilitava a nós, alunos, uma recorrência de encontros virtuais numa época em que reinava o distanciamento, em que reinava a regra do desencontro (...) (Informação verbal obtida em entrevista com Hudson Brito Viana, realizada em 29 ago. 2025)

A trajetória de Hudson ilustra como a participação em uma comunidade de prática acadêmica, orientada pelo estudo crítico do constitucionalismo e pelo diálogo constante entre passado e presente, contribui não apenas para o domínio técnico do Direito, mas também para a formação de juristas socialmente conscientes e preparados para atuar em instituições de alta relevância, capazes de promover transformações concretas na sociedade. Nesse sentido, o GEDIP cumpre plenamente sua missão: formar profissionais capazes de interpretar, aplicar e refletir sobre o Direito Público com rigor, sensibilidade e responsabilidade democrática.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil***. Brasília, DF: Presidência da República, [s.d.]. Acessado em: 02 ago. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números*. Brasília, DF: CNJ, 2025. Acessado em: 20 ago. 2025. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/>.

CYRINO, Fabiana de Menezes Soares. **Constitucionalismo e democracia: o papel do Supremo Tribunal Federal na construção da cidadania**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7–42, 2015. Acessado em: 19 ago. 2025. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Cyrino-2/publication/332155359\\_Grupos\\_de\\_estudo\\_e\\_pesquisa\\_e\\_o\\_movimento\\_de\\_constituicao\\_da\\_Identidade\\_Profissional\\_de\\_professores\\_que\\_ensinam\\_Matematica\\_e\\_de\\_investigadores/links/5ca39227458515f7851fc173/Grupos-de-estudo-e-pesquisa-e-o-movimento-de-constituicao-da-Identidade-Profissional-de-professores-que-ensinam-Matematica-e-de-investigadores.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Cyrino-2/publication/332155359_Grupos_de_estudo_e_pesquisa_e_o_movimento_de_constituicao_da_Identidade_Profissional_de_professores_que_ensinam_Matematica_e_de_investigadores/links/5ca39227458515f7851fc173/Grupos-de-estudo-e-pesquisa-e-o-movimento-de-constituicao-da-Identidade-Profissional-de-professores-que-ensinam-Matematica-e-de-investigadores.pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Rio Grande do Cidades e Estados*. Acessado em: 19 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>.

SILVA, Maria Aparecida; SOUZA, João Carlos. Democracia e extensão universitária. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 1–15, jan./abr. 2021. Acessado em: 19 ago. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/97306/55090>.

SILVA, Ricardo. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 279–310, 2010. Acessado em: 29 ago. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hshdGfmbJL4s7stBWNxgm6g/?format=html&lang=pt>.